



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

---



Bárbara Campos Marra  
Maria Luísa Santos de Andrade

**CPI da Covid nas redes: Conexões inter e transmidiáticas entre  
plataformas de redes sociais e a Comissão Parlamentar de  
Inquérito**

Mariana  
2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**



---

Bárbara Campos Marra  
Maria Luísa Santos de Andrade

**CPI da Covid nas redes: Conexões inter e transmidiáticas entre  
plataformas de redes sociais e a Comissão Parlamentar de Inquérito**

Memorial descritivo de produto apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora  
Prof.<sup>a</sup> Dra Natalia Moura Pacheco Cortez

Mariana  
2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M358c Marra, Barbara Campos.

CPI da Covid nas redes [manuscrito]: conexões inter e transmidiáticas entre plataformas de redes sociais e a Comissão Parlamentar de Inquérito. / Barbara Campos Marra. Maria Luisa Santos de Andrade. - 2022.

18 f.

Orientadora: Profa. Dra. Natalia Moura Pacheco Cortez.

Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Comissões parlamentares de inquérito - Brasil. 2. Covid-19 (Doença). 3. Jornalismo. 4. Mídia social. 5. Política social - Brasil. 6. Twitter (Rede social on-line). I. de Andrade, Maria Luisa Santos. II. Cortez, Natalia Moura Pacheco. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 304.4(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Bárbara Campos Marra**  
**Maria Luísa Santos de Andrade**

### CPI da Covid nas redes: Conexões inter e transmidiáticas entre plataformas de redes sociais e a Comissão Parlamentar de Inquérito

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Aprovada em 21 de junho de 2022

#### Membros da banca

Prof.(a) Dr(a). Natália Moura Pacheco Cortez - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof. Dr. Carlos Fernando Jáuregui Pinto - Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof.(a) Dr(a). Lara Linhalis Guimarães - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.(a) Dr(a). Natália Moura Pacheco Cortez, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 03/10/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Natália Moura Pacheco Cortez, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/10/2022, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0406933** e o código CRC **300778A4**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos os nossos pais por terem nos apoiados durante todo esse processo, sem vocês não teríamos chegado até aqui.

Aos nossos amigos por toda a ajuda e paciência conosco durante todo o processo.

À Prof.<sup>a</sup> Natalia Cortez, por ter acreditado na nossa ideia, pelo incentivo e suporte durante a execução deste trabalho.

À Universidade Federal de Ouro Preto pelo ensino público de qualidade.

Por fim, dedicamos este projeto a Marcy Marra (*in memoriam*), vítima da Covid-19 em maio de 2021.

## RESUMO

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 foi instaurada em abril de 2021. Desde seu início, as investigações mobilizaram as mídias sociais e engajaram usuários destas a acompanharem suas sessões de depoimentos. Utilizando ferramentas multimídia, nos valem dos conceitos de transmídia e *gatewatching* para criar uma reportagem, colocando esses conceitos em prática e produzindo conteúdos que expandem a narrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Política; CPI Covid-19, Twitter; Mídias Sociais

## **ABSTRACT**

The Parliamentary Commission of Inquiry of Covid-19 was established in April 2021. Since the beginning, the investigations have mobilized social media and engaged users of these to follow their deposition sessions. Using multimedia tools, we use the concepts of transmedia and gatewatching to create a report, putting these concepts into practice and producing content that expands the narrative of the Parliamentary Commission of Inquiry of Covid-19.

**Key words:** Journalism; Politics; CPI Covid-19, Twitter; Social media

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1. A pandemia da Covid-19 .....	8
1.1 Como o governo lidou com a pandemia .....	9
1.2 Crise no Amazonas .....	10
2. A CPI da Covid-19 .....	11
3. Referencial teórico.....	13
3.1 O conceito de gatewatching.....	13
3.2 O conceito de curadoria .....	13
3.3 A transmidialidade da CPI.....	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
5. REFERÊNCIAS .....	18

## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho de conclusão de curso é o desenvolvimento de uma reportagem que trata e analisa os desdobramentos da CPI da Covid-19 nas redes sociais. A reportagem aborda o surgimento da pandemia do coronavírus e os resultados das ações do governo no combate à mesma por meio das redes de sentidos que se tecem entre as plataformas de rede sociais, em especial o Twitter, e as sessões da CPI. Para o desenvolvimento da reportagem<sup>1</sup> estabeleceu-se o recorte temporal entre os dias 27 de maio de 2021, em que foi ouvido o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, até o dia 25 de junho de 2021, com o depoimento do deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e o seu irmão, o servidor público Luís Ricardo Miranda. Estes são os pontos definidores do recorte porque são depoimentos chave para entender como se deu o processo de superfaturamento na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde do governo Bolsonaro.

No dia 27 de maio de 2021, Dimas Covas abre, em seu depoimento, os fatos sobre a demora nos trâmites para aquisição de matéria-prima da China para a fabricação da CoronaVac no Instituto Butantan e, um mês depois, os irmãos Miranda explanam o esquema de superfaturamento na compra de 400 milhões de doses de vacinas do laboratório indiano Covaxin.

Os perfis @tesoueiros e @jairmearrependi são dois dos mais engajados na disseminação de dados e informações sobre a Comissão no Twitter. Assim sendo, eles foram procurados e entrevistados, a fim de nos elucidar como foi o processo de criação das páginas e a cobertura colaborativa da CPI da Covid-19 com os seguidores, que se deu, em sua maior parte, de forma orgânica. Além dos perfis também foram consultadas as sessões e perfis de participantes, tais como depoentes e relatores. Objetivamos, com essa reportagem, pontuar episódios chave da CPI como recursos para formar uma linha do tempo, relacionar tais acontecimentos com sua repercussão nas redes sociais e compreender a hipermidiatização dos fenômenos políticos no Brasil.

---

<sup>1</sup> A reportagem está disponível em [https://medium.com/@barbara.campos\\_64302/811b09c15a41](https://medium.com/@barbara.campos_64302/811b09c15a41)

## 1. A PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia da Covid-19 transformou o mundo. Quando o primeiro caso surgiu, no dia 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, ainda se sabia pouco sobre a doença, mas a principal teoria para o surgimento do vírus Sars-Cov-2 é o contato entre um ser humano com um animal infectado. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de importância internacional e, em 11 de março de 2020, elevou o estado de contaminação à pandemia de Covid-19.

Mais 5 milhões de mortes foram contabilizadas ao redor do mundo. Foram quase dois anos de tentativas mal-sucedidas da OMS e outras entidades médicas de conter o alastro veloz da doença que, sem nenhum tratamento disponível, ceifava vidas de todas as idades, etnias e classes sociais. A única medida comprovadamente eficaz para frear a contaminação em massa era o isolamento social, porém, para que esta fosse efetivada, era necessário que os governos dos países assim quisessem e tomassem as ações cabíveis. No Brasil, isso não ocorreu.

Quando, quase um ano depois da implantação do caos pandêmico, as primeiras vacinas surgiram e começaram a ser aprovadas, o governo brasileiro demonstrou não acreditar em sua eficácia, assim como vinha demonstrando não acreditar na gravidade da situação, desde os primeiros casos que surgiram no Brasil. Bolsonaro emitiu frases em que desacredita não só a eficácia dos imunizantes, como também desautoriza a obrigatoriedade deste, foram proferidas durante todo o curso da pandemia.

“E a gente pergunta né? quem toma vacina pode contrair o vírus? Pode, e contrai. Pode transmitir? Sim, e transmite. Pode morrer? Sim, pode, como tem morrido muita gente, infelizmente. A gente pergunta: por que o passaporte vacinal? Por que essa coleira que querem colocar no povo brasileiro? Cadê a nossa liberdade? Eu prefiro morrer do que perder a minha liberdade<sup>2</sup>.” (BRASIL..., 2021)

A CoronaVac, primeira vacina a ser testada em humanos, produzida pelo laboratório chinês Sinovac e no Brasil pelo Butantan, foi sistematicamente boicotada pelo Ministério da Saúde e pelo presidente, negligência comprovadamente relatada no relatório da *Humans Rights Watch*, por exemplo. Durante todo o desenrolar da crise sanitária, Bolsonaro insistia na eficácia, jamais comprovada pela ciência, do “tratamento precoce”. Tratamento este que seria feito através da administração de vermífugos de uso veterinário e vitaminas diversas.

---

<sup>2</sup> Fala do Presidente Jair Bolsonaro durante cerimônia de assinatura de termos de autorização de uso de radiofrequências, em Brasília, no dia 7 de dezembro de 2021.

## 1.1 Como o governo lidou com a pandemia

No Brasil, o Governo Federal decretou oficialmente crise de emergência sanitária no dia 3 de fevereiro de 2020. A portaria nº 188<sup>3</sup>, assinada pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, declarou “Emergência em saúde pública de importância nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus”. Com o aumento do número de casos de contaminação pela Covid-19, o Senado aprovou, no dia 20 de março de 2020, o projeto de decreto legislativo que reconhecia o estado de calamidade pública no Brasil no contexto da pandemia.

Em 31 março de 2020, o Ministério da Saúde informou que o Brasil tinha 201 mortes e 5.717 casos confirmados de coronavírus. No dia 9 daquele mês, o presidente Jair Bolsonaro já havia deixado seu posicionamento sobre a doença claro em uma fala proferida nos EUA: “Está superdimensionado o poder destruidor desse vírus. Talvez esteja sendo potencializado até por questões econômicas”. Depois desse episódio, continuou se referindo ao vírus como uma “gripezinha”, - no dia 20 de março (“Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá ok?”) e no dia 24 do mesmo mês (“No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”), diminuindo a gravidade da contaminação no país.

O Ministério da Saúde, naquele mês, realizava coletivas de imprensa diariamente, a fim de informar a população sobre a situação do vírus no país e que medidas seriam tomadas a partir dela. O ministro Luiz Henrique Mandetta, que era favorável às medidas de isolamento social, entrou numa série de embates com Bolsonaro sobre a necessidade de se cumprir tais resoluções, enquanto o presidente insistia para que o país adotasse uma postura mais relaxada, com a rápida abertura do comércio, por exemplo. Nesse cenário, Mandetta começou a ser sistematicamente contrariado, pelo poder executivo, tendo suas coletivas diárias canceladas num primeiro momento, até que, um mês depois da declaração do estado de calamidade, foi demitido.

Já o subsequente ministro da pasta, o médico Nelson Teich, não chegou a presidir o ministério por um mês sequer. Sua rescisão foi acarretada pela discordância entre ele e o presidente sobre o uso do medicamento hidroxicloroquina como tratamento precoce para a Covid-19. Medidas de flexibilização do isolamento social também foram pontos de discordância entre eles e, assim como Mandetta, Teich caiu no desagrado de Bolsonaro.

---

<sup>3</sup> BRASIL, Portaria 188, Ministério da Saúde. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em 07 de nov de 2021.

Após a saída de Teich, o governo optou por colocar um militar na condução do Ministério da Saúde; o general Eduardo Pazuello, que, segundo consta em seu currículo, é especialista em logística no Exército. Foi durante sua estadia no comando da pasta que se deu um dos piores momentos na saúde do país durante a pandemia: a crise do oxigênio em Manaus.

## **1.2 Crise no Amazonas**

Desde dezembro de 2020, o Amazonas sofria as consequências da segunda onda de contaminação em massa da pandemia no Brasil, e, no dia 14 de janeiro de 2021, acabaram os cilindros de oxigênio de todos os hospitais da capital do estado. A necessidade de oxigênio no Amazonas ultrapassou 70.000 milímetros cúbicos por dia, enquanto antes da pandemia, eram 15.000 milímetros cúbicos, e pacientes que dependiam do gás para se manterem na respiração mecânica começaram a vir a óbito por asfixia. O Ministério da Saúde, já sob o comando de Pazuello, havia sido acionado ainda em dezembro e informado sobre a iminência do esgotamento, entretanto, nenhuma medida cabível foi tomada desde então. O ministro começou, portanto, a ser acusado de omissão.

A crise do oxigênio em Manaus fez com que a atenção da mídia se concentrasse na administração de Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde. Em janeiro de 2021, antes da eclosão da crise, a Força Nacional do SUS já havia notificado sobre o que poderia acontecer e a empresa White Martins, responsável pelo abastecimento de oxigênio na região, já tinha notificado o governo do estado sobre o aumento expressivo da demanda por cilindros nos hospitais.

Pazuello, tendo atuado como militar na região por algum tempo, teria competência para amenizar a situação, e ele e sua comitiva haviam estado na cidade até um dia antes do estopim da crise. Entretanto, uma quantidade insuficiente, de 28.000 milímetros cúbicos, foi disponibilizada para os pacientes. Essa era a quantidade máxima que a White Martins conseguia produzir, enquanto as necessidades dos hospitais ultrapassaram os 70.000 milímetros cúbicos. Os dois dias de colapso no Amazonas levaram mais de 30 vidas.

Estes, assim como outros sinais de negligência por parte do Ministério da Saúde e do governo federal, fizeram com que, em 13 de abril de 2021, fosse criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, oficialmente instalada no Senado Federal em 27 de abril de 2021, com o intuito de apurar as decisões tomadas pelo presidente e seus ministros no período.

## 2. A CPI DA COVID-19

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é uma forma de o Poder Legislativo fiscalizar as ações tomadas pela administração pública em um determinado momento. Segundo o artigo 35 do regimento da Câmara Federal, o objetivo de uma CPI é de “investigar um fato que seja muito importante para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do País<sup>4</sup>” (CÂMARA DOS DEPUTADOS). Para que uma CPI seja instaurada, é necessário que pelo menos um terço dos membros da Câmara ou Senado assinem o pedido, que se tenha um fato determinado a ser investigado e um prazo certo. Normalmente, as CPIs duram por 120 dias, podendo ser prorrogadas por até 60 dias.

Os membros da CPI são indicados pelos partidos e é respeitado o critério de proporcionalidade: quanto mais parlamentares o partido tem na Câmara ou no Senado, mais representantes terá na comissão. Os membros escolhidos para a CPI da Pandemia foram: presidente, senador Omar Aziz (PSD/AM); vice-presidente senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP); relator senador Renan Calheiros (MDB/AL); titulares senador Eduardo Braga (MDB/AM), senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), senador Tasso Jereissati, senador Otto Alencar (PSD/BA), senador Marcos Rogério (DEM/RO), senador Jorginho Mello (PL/SC), senador Humberto Costa (PT/PE); suplentes senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), senador Rogério Carvalho (PT/SE), senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), senador Angelo Coronel (PSD/BA), senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), senador Jader Barbalho (MDB/PA).

Os trabalhos da Comissão tiveram início no dia 27 de abril de 2021, com a instalação e eleição para os cargos de Vice-presidente e Presidente. No dia 4 de maio aconteceu o depoimento do já ex-ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta e no dia seguinte, do também ex-ministro da saúde Nelson Teich. Os depoimentos dos ex-ministros foram cruciais para identificação de padrões de comportamento do presidente Jair Bolsonaro que se repetiram durante o mandato de ambos, como as sucessivas tentativas de afrouxamento do isolamento social a qualquer custo, de emplacar o uso da Hidroxicloroquina, Ivermectina e outros medicamentos, sem eficácia contra a Covid-19 comprovada, como tratamento precoce, além da briga por protagonismo que se deu com os ministros durante toda a pandemia.

No dia 11 de maio, o depoente era o diretor-presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres. Em sua fala, ele alegou que, em reunião com o presidente no Palácio do Planalto, a médica Nise

---

<sup>4</sup> DEPUTADOS, Câmara dos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>. Acesso em 9 nov. 2021.

Yamaguchi teria sugerido, até mesmo, alterar a bula do medicamento hidroxicloroquina, a fim de possibilitar seu uso indiscriminado como tratamento precoce. Na mesma sessão, o senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que a estratégia do presidente era:

“Desde o início, é disseminar a Covid-19 na expectativa de conseguir que setenta por cento da população seja contaminada e que, com isso, se estabeleça a chamada imunidade coletiva ou de rebanho. O governo expôs o povo brasileiro à doença e à morte, cometendo um crime com dolo eventual, porque sabia que poderíamos chegar a isso.” (COSTA, 2021)

No dia 25 de junho de 2021, foram à depoimento os irmãos Luis Miranda, senador federal, e Luís Ricardo Miranda, servidor público do Ministério da Saúde. Eles reiteraram as denúncias já feitas pelo senador de superfaturamento na tentativa de compra de vacinas produzidas pelo laboratório Barath Biontech, da Índia. Essa foi, até então, a maior tentativa de desvio de dinheiro conhecida no período do governo Bolsonaro.

A opção pelo recorte temporal se dá, portanto, do início da pandemia até o desdobramento dessa denúncia, e se fundamenta por se tratar do maior escândalo referente à pandemia deste governo e um dos episódios da CPI da Covid-19 que mais gerou repercussão nas redes sociais. É preciso entender o que levou os senadores a decidirem pela instalação da CPI para compreender a linha do tempo que teve como desfecho a descoberta da compra superfaturada de vacinas, um esquema de corrupção no governo do presidente Jair Bolsonaro que, não obstante, acontece durante a maior crise sanitária de todos os tempos. Caso as suspeitas sejam comprovadas, o presidente será condenado por crime de prevaricação. Segundo o Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei nº 2.848<sup>5</sup>, a pena para esse delito é de detenção, de três meses a um ano, e multa (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 1940).

---

<sup>5</sup> BRASIL, Código Penal (1940), Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/prevaricacao>. Acesso em: 9 de nov. 2021.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 O conceito de *gatewatching*

Na concepção de Axel Bruns referência, por meio da ideia de *gatewatching*, tendo em conta a interferência da internet, o público tem participação ativa na produção noticiosa. O *gatekeeper*, "porteiro" que define o que vai ser noticiado, com o uso das redes sociais, se expande e transforma, indo além das manchetes. Com a possibilidade de compartilhar, comentar e verificar uma notícia, os *gatewatchers* se tornam parte ativa do processo de noticiabilidade. No objeto estudado nesta pesquisa, o Twitter amplifica o aparecimento de *gatewatchers*, que passam a poder averiguar as informações apresentadas na investigação em tempo real.

Essa relação demonstra como a internet transformou o modo como consumimos informação. O conteúdo passou a ser criado por milhares de usuários, e somos bombardeados com dados a todo momento enquanto estamos navegando. O uso constante das redes sociais foi capaz de incorporar novos hábitos em nossos relacionamentos e práticas. Pensando nisso, o grupo de estudos Com+, da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP), apresenta o conceito de curadoria digital, demonstrando como o papel de curador vai além daquele indivíduo que trabalha nas galerias de arte, museus e ambientes acadêmicos e passa, gradualmente, a precisar conviver com milhares de curadores digitais.

#### 3.2 O conceito de curadoria

A curadoria é intrinsecamente desafiadora pela quantidade de dados. É preciso saber avaliar e lidar com grande volume de informação e conhecimento presentes nas redes, portanto, é indispensável que o curador-digital vá além da "primeira página" do *Google*. No contexto da CPI da Covid-19 nas redes sociais, os perfis do Twitter @tesoureiros e @jairmearrependi desempenharam o papel de curadores, porque selecionaram documentos, links, vídeos, entre outros conteúdos relacionados aos temas abordados na Comissão Parlamentar de Inquérito, trazendo informações e atualizações da investigação para seus seguidores em tempo real. Essas contas se dedicaram a buscar dados além dos primeiros resultados das pesquisas, e averiguaram os documentos e falas citadas na CPI por meio de fontes anteriormente publicadas.

Para além do trabalho destes perfis, a concepção da linha do tempo na reportagem também exigiu um trabalho de curadoria. Para construí-la, foi delimitado um recorte temporal e, dentro dele, clipados os tweets, conteúdos e depoimentos mais relevantes para sua montagem.

Neste processo, foi necessário selecionar, diante de uma infinidade de dados e informações disponíveis sobre esse recorte na internet, o que é mais relevante para a reportagem, além da checagem da veracidade dos materiais encontrados.

Por meio da reunião destes materiais, é proposto o desenvolvimento de uma linha do tempo para a contextualização dos desdobramentos da CPI em sintonia com as produções de sentidos ambientadas nas plataformas de redes sociais relacionadas ao acompanhamento das sessões. Desse modo, busca-se desenvolver uma narrativa que envolva as redes inter e transmidiáticas que delineiam os sentidos a respeito das temáticas tratadas ao longo da CPI.

### 3.3 A transmidialidade da CPI

Geane Alzamora introduz o conceito de transmídia em seu artigo “Televisão em Semiose: mídia, intermídia, transmídia” (São Paulo, 2017), por meio da definição de Jenkins (2003) do termo:

“A dinâmica transmídia se propaga na conjunção de processos verticais de comunicação, desencadeados por indústrias de mídia, e processos horizontais de comunicação, baseados em ações cidadãs. O planejamento estratégico da dinâmica transmídia é verticalmente proposto, enquanto sua contingência é horizontalmente configurada. Essa tensão caracteriza a dinâmica transmídia em abordagens afins.” (ALZAMORA, 2017, p.10)

Os processos verticais de comunicação citados, desencadeados por indústrias de mídia, podem ser lidos no contexto midiático da transmissão de informações na pandemia como sendo os métodos tradicionais de comunicação no período. Estes métodos foram as coletivas do governo e a cobertura jornalística realizada pela imprensa. Durante a CPI, a TV Senado desempenhou este papel, transmitindo diariamente na televisão e na internet as sessões de depoimentos.

Já os processos horizontais de comunicação, desempenhados pela população por meio de ações cidadãs, descrevem a atuação dos perfis das redes sociais voltados para o acompanhamento diário dos acontecimentos da CPI e respinga, também, nos usuários das redes que participaram desse processo, por meio do compartilhamento das informações e documentos solicitados pelos administradores. Esta ação pode ser interpretada como cidadã na medida em que era feita com a intenção de engajar a CPI e auxiliar a investigação dos parlamentares, deflagrando depoentes que poderiam estar faltando com a verdade nas sessões.

Ainda segundo Alzamora, os conceitos de transmídia e intermídia se diferenciam na medida em que a transmidialidade surge na intermidialidade.

“A perspectiva pragmática da semiose, que pressupõe aprimoramento contínuo da mediação sógnica, fundamenta a tese de que a dinâmica transmídia, sob domínio da

operação semiótica de representação, atua como desdobramento aprimorado da dinâmica intermídia que lhe serve de referência.” (ALZAMORA, 2017, p.15)

Bolsonaro, seus filhos e seus apoiadores sempre foram usuários ativos das redes sociais. As interações do presidente com sua base eleitoral, bem como de seus aliados governistas em redes sociais como o Twitter acontecem desde a campanha pela presidência e, portanto, há uma vasta documentação online de suas declarações nas redes sociais, em tweets, vídeos no Youtube e posts no Instagram e Facebook. A partir desses registros, perfis contrários a tais políticos surgem fazendo um trabalho de armazenamento e clipagem dessas declarações, trabalho este que se tornou ferrenho com a deflagração da pandemia de Covid-19 e, posteriormente, com o início da CPI da Pandemia.

Perfis como @jairmearrependi e @tesoueirosdojair são contas gerenciadas por administradores anônimos, mas que ganharam visibilidade durante a pandemia por acompanharem diariamente as sessões da CPI e transmitirem, em tempo real, os melhores momentos de cada depoimento. Além disso, se utilizaram da documentação que possuíam de declarações e afirmações de apoiadores do presidente, e do próprio, nas redes sociais, para contradizer diversas falas inverídicas proferidas nas sessões, como no depoimento de Fábio Wanjgarten, em que ele caiu em contradição ao afirmar que não sabia se a peça publicitária “O Brasil não pode parar” tinha sido produzida pela Secom.

Mas não se limitaram a usar somente seu arquivo anterior de postagens do núcleo do presidente para provar tais inverdades; parte crucial do sucesso desses perfis foi a interatividade com seus seguidores que propuseram, ao pedir que eles também auxiliassem na caça a provas que desmentissem os depoentes. Assim, o público que estava acompanhando as sessões por meio das redes poderia mandar um link de vídeo, post ou documento que viu em alguma outra plataforma, em qualquer data, para os administradores, que eles fariam a relação com o depoimento e divulgaram a falácia prontamente. Essa possibilidade de interação constante e em tempo real entre as redes e os relatores da CPI da Pandemia, bem como a diversidade de plataformas em que a CPI repercutiu viabilizou a conexão entre políticos, perfis e espectadores.

Para o desenvolvimento da reportagem, escolhemos a plataforma Medium, e foram utilizadas ferramentas externas para integração dos conteúdos. Através do Medium, é possível alcançar muitos leitores, já que seus usuários encontram posts navegando pelo site, não só dependendo de estratégias de *Search Engine Optimization* (SEO). Funcionando como uma rede social, o site permite que a divulgação seja ampliada: seus usuários recebem conteúdos recomendados pelo algoritmo por email.

Como elementos de construção e ilustração da narrativa, exploramos o Knight Lab para criar a linha do tempo, em que o usuário pode navegar pelos acontecimentos da CPI. O infográfico foi desenvolvido através da ferramenta de visualização de dados Flourish.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorar as redes de sentidos em conexões inter e transmidiáticas foram associados materiais imagéticos, audiovisuais e de entrevistas, além da construção de infográficos para elaboração da narrativa. Assim, constatamos que contar uma história com o objetivo de expandi-la em várias formas transcende o fazer jornalístico, demandando práticas de curadoria e entendimento das diferentes formas com que o conteúdo atinge o público e é recebido por ele, o que nos conectou ainda mais com nosso referencial teórico.

Portanto, a partir desse trabalho, foi possível explorar conceitos e práticas ensinadas dentro da sala de aula durante todo o percurso na graduação. Desde a elaboração do infográfico, dos roteiros das entrevistas, sua decupagem e a construção do texto, todas as etapas nos inseriram no fazer jornalístico. Bem como nosso propósito de alinhar nosso aprendizado com a necessidade de mostrar os fatos ao público.

Para a criação do conteúdo, nos preocupamos em realizar uma curadoria detalhada de notícias sobre os acontecimentos da pandemia e da CPI Covid-19. O critério de escolha foi baseado na veracidade das informações, buscamos por matérias de veículos reconhecidos que se preocupam em apurar os fatos. Apesar disso, não desconsideramos o juízo de valor que existe em cada texto jornalístico.

Com relação a publicação da reportagem, optamos pelo Medium por ser uma plataforma aberta que alcança um grande número de leitores. Além disso, nos permitiu incorporar conteúdos multimídia ao longo do texto.

Dito tudo isso, dedicamos esse trabalho em memória a todas as vítimas da Covid-19. Esperamos que nossas palavras sejam capazes de manter vivas a lembrança de cada uma delas e não deixem que se tornem apenas um número.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidente (2018-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso na cerimônia de assinatura de termos de autorização de uso de radiofrequências**. Brasília, 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KBrl-7uk8zI>. Acesso em: 4 de abr. 2022.

COSTA, Humberto: depoimento [nov. 2021]. Entrevistadores: Marília Sena e Rudolfo Lago. Congresso em Foco. Youtube. Entrevista concedida ao Congresso em Foco. Disponível em: [https://youtu.be/nGMJv\\_d0p2o](https://youtu.be/nGMJv_d0p2o). Acesso em 13 mai. 2022.

CRUZ, Isabela. **A cronologia da crise em Manaus que pôs Pazuello na berlinda**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/14/A-cronologia-da-crise-em-Manaus-que-p%C3%B4s-Pazuello-na-berlinda>. Acesso em 17 nov. 2021.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Comissões Parlamentares de Inquérito- CPI**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>. Acesso em 9 nov. 2021.

G1. **Casos de coronavírus no Brasil em 31 de março**. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-31-de-marco.ghtml>. Acesso em 13 nov. 2021.

GROSSI, Gustavo. **Medium para Marketing: um guia completo de como usar essa plataforma em sua estratégia**. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/medium/>. Acesso em 17 nov. 2021.

JAIR, Tesoureiros do. Depoimento [mai. 2022]. Entrevistador: Bárbara Marra. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2022. Questionário eletrônico (10 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a inter e transmidialidade da CPI da Covid-19. Disponível: [https://medium.com/@barbara.campos\\_64302/tesoureiros-do-jair-807eb9e57e98](https://medium.com/@barbara.campos_64302/tesoureiros-do-jair-807eb9e57e98). Acesso em 14 jun. 2022.

JAIRMEARREPENDEI. Depoimento [mai. 2022]. Entrevistador: Bárbara Marra. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2022. Questionário eletrônico (10 questões). Entrevista concedida para a pesquisa sobre a inter e transmidialidade da CPI da Covid-19. Disponível:

[https://medium.com/@barbara.campos\\_64302/jair-me-arrependi-cf64199c9a85](https://medium.com/@barbara.campos_64302/jair-me-arrependi-cf64199c9a85). Acesso em 14 jun. 2022.

MARTINS, Laís. **Por dentro dos grupos que fornecem informações para a oposição na CPI da Pandemia.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-20/por-dentro-dos-grupos-que-fornecem-informacoes-para-a-oposicao-na-cpi-da-pandemia.html>. Acesso em 17 nov. 2021.

NACIONAL, Jornal. **Brasil decreta emergência sanitária por causa do novo coronavírus.** Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/02/04/brasil-decreta-emergencia-sanitaria-por-causa-do-novo-coronavirus.ghtml>. Acesso em 13 nov. 2021.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 13 nov. 2021.

PLANALTO. **Entra em vigor estado de calamidade pública no Brasil.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/03/entra-em-vigor-estado-de-calamidade-publica-no-brasil>. Acesso em 15 nov. 2021.

PUC-RIO, Medicina. **Primeira vacina contra COVID-19 testada em humanos.** Disponível em <https://www.med.puc-rio.br/notcias/2020/8/27/primeira-vacina-contra-covid-19-testada-em-humanos>. Acesso em 15 nov. 2021.